



ASSOCIAÇÃO DIOGO DE AZAMBUJA

Projeto Educativo

Triénio 2014-2017



**Escola Profissional Agrícola Afonso
Duarte**

Nota Prévia

O Presente Projeto Educativo tem como principais objetivos:

- Consagrar a orientação educativa da escola, resumindo o que a escola pretende ser e aquilo que irá realizar para o conseguir, no quadro da sua autonomia.
- Afirmar a identidade organizacional da escola e expor a sua linha de ação.

A Assembleia Geral da Associação Diogo de Azambuja, em ____ de Março de 2015, promulga as disposições contidas neste documento e reafirma que compete a todos os Colaboradores da Escola, a todos os níveis, o cumprimento das determinações que dele constam.

O Presidente da Assembleia Geral da Associação Diogo de Azambuja

A Direção da Associação Diogo de Azambuja

O Diretor Pedagógico da EPAAD,

ÍNDICE

ÍNDICE	3
INTRODUÇÃO	5
O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PROJECTO EDUCATIVO	5
Enquadramento Legal	6
LINHA DE AÇÃO	8
Perfil e Historial	9
Organograma	10
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	11
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO MEIO.....	12
A POPULAÇÃO	14
A REDE ESCOLAR.....	16
A ESCOLA	17
Exploração Agrícola da EPAAD.....	18
OFERTA FORMATIVA DA EPAAD.....	19
Autorizações Prévias de Funcionamento	21
Tutela.....	22
Indicadores de desempenho.....	22
Desenvolvimento Curricular	24
Avaliação.....	25
Apoios aos Formandos	26
A Relação Escola – Empresas	26
PROJETOS TRANSVERSAIS.....	27
Educação para o Ambiente – Programa Eco-Escolas	27
Estruturas de Organização Pedagógica, Técnica e Administrativa.....	28
Coordenadores de Curso e Estruturas de Orientação Educativa.....	29
Docentes	30
Avaliação da Escola	30

Principais constrangimentos	31
PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	31
Missão	31
Visão.....	31
Valores	32
ANÁLISE SWOT	32
Política de qualidade	33
Objetivos Estratégicos	34
Estratégias de intervenção	37
Linhas de intervenção para o triénio.....	38
A Escola e o Meio	41
Metas	41
DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	42
Divulgação	42
Acompanhamento e Avaliação do Projeto Educativo	43
BIBLIOGRAFIA:.....	44
WEBGRAFIA:	44

INTRODUÇÃO

Um projeto educativo, manifestando a autonomia e identidade própria de uma escola, especifica as linhas de ação de toda uma comunidade educativa. Da sua metodologia de conceção e implementação, nasce a partilha de ideias, intenções, objetivos e metas, porque uma comunidade educativa é um espaço interativo.

O êxito de um projeto advém da clareza dos seus princípios e do compromisso de todos os que nele se envolvem.

A nossa Escola tem vindo a conquistar uma identidade própria e ocupa um espaço reconhecido na comunidade em que nos inserimos.

“O projeto não é uma simples representação do futuro, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformar em acto.”

Jean Marie Barbier

O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E O PROJECTO EDUCATIVO

A Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte (EPAAD) tem uma política e estratégia de atuação, claramente definidas, consistentes com a sua missão de acordo com o contexto de intervenção e os seus destinatários.

Enquadramento Legal

A construção do projeto educativo tem sido, ao longo dos anos, o reflexo da constante evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração da escola, enquanto instrumento estratégico e orientador por excelência da atividade educativa e formativa da Escola.

O Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro define o princípio de que a *“autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.”* O despacho n.º 113/ME/93 de 23 de junho, considera que *“(…) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados. Resultante de uma dinâmica participativa e integrativa, o projeto educativo permeia a educação, assumindo-se como o rosto visível da especificidade e autonomia da organização escolar.”*

Mais recentemente, o decreto-lei n.º 75/2008 de 22 de abril, considera o projeto educativo como *“(…) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa…”*

O projeto educativo enquanto documento que consubstancia as ideias e intenções da Escola traduz de certa forma a maneira como olhamos a comunidade envolvente e a relação que estabelecemos com os outros agentes educativos na prossecução da nossa missão.

Assim, para se construir um projeto educativo exequível é pois necessário proceder à caracterização de elementos referenciais do contexto socioeducativo dos alunos, bem como da caracterização dos recursos humanos, materiais e equipamentos e do meio em que a Escola se insere.

Criadas entre 1990 e 1991 as duas escolas profissionais de Montemor-o-Velho, Escola Profissional de Montemor-o-Velho (EPM) e Escola profissional Agrícola Afonso Duarte (EPAAD), durante alguns anos, possuíram personalidade jurídica e fiscal,

sendo autónomas e independentes entre si. No entanto, por força de possuírem promotores e partilharem objetivos comuns, foram-se ensaiando estratégias de atuação na perspetiva de otimizar recursos e potenciar resultados.

Por via do instituído no Decreto-Lei nº 4/98 de 8 de Janeiro, a 7 de Setembro de 1999 cria-se uma entidade proprietária para ambas as escolas profissionais de Montemor-o-Velho – a Associação Diogo de Azambuja (ADA). Desde essa data, a EPM e a EPAAD têm caminhado em paralelo, articulando estratégias de intervenção, partilhando e racionalizando progressivamente recursos materiais e humanos.

No ano letivo 2000/2001 foi apresentado o 1º Plano Estratégico de Desenvolvimento da ADA assente na consolidação e no crescimento das suas escolas profissionais.

Nos anos letivos de 2004/2007, os projetos educativos dos anos transatos foram atualizados de acordo com as necessidades e objetivos aí definidos e foram apresentadas “As Opções Estratégicas Competitivas da ADA”, com a Missão, Visão de Futuro, Objetivos a Médio e Longo Prazo, Estratégias, Projetos e Atividades atualizados e de acordo com o contexto global. O esforço estratégico da ADA foi concentrado em 11 objetivos relacionados com a oferta formativa, com a atuação junto à comunidade, com o desenvolvimento das suas competências internas, com a gestão e o desempenho institucional.

Em 2009, face à nova conjuntura socioeducativa, à alteração de política e estratégia de atuação perante novos contextos de intervenção e novos destinatários, é apresentado um Diagnóstico de Situação da ADA. O Projeto Educativo para 2009/2012, foi reformulado e atualizado, tendo em conta a Nova Dinâmica Organizacional baseada na renovação da Identidade, Elementos de Funcionamento, Comportamento Organizacional e Resultados que orientaram o funcionamento das Escolas da ADA.

Em 2014 pretende-se efetuar o ajustamento do projeto educativo para o próximo triénio 2014-2017, tendo em consideração a nova realidade da escola, consequência da implementação de políticas de ensino profissional fortemente restritivas para o ensino particular e as novas dinâmicas organizacionais entretanto definidas, nomeadamente no que diz respeito aos seus objetivos e plano de ação, tendo por base o decreto-lei n.º 92/2014 de 20 de Junho que reconhece a necessidade de melhorar significativamente a qualidade da oferta nos cursos profissionalizantes de nível secundário, através da articulação entre diferentes promotores, numa lógica de racionalização de recursos e de funcionamento articulado de modo a melhorar a

adequação da oferta formativa às qualificações exigidas pelo mercado de trabalho e a aumentar a taxa de empregabilidade dos jovens.

Este normativo consagra ainda que “...as escolas profissionais privadas e públicas prestam serviço público de educação e integram a rede de entidade formadoras do Sistema Nacional de Qualificações.”

Paralelamente e no mesmo sentido a “Estratégia Europa 2020” que visa valorizar o ensino e a formação profissional, recomenda a promoção de parcerias entre empresas, operadores de formação, organizações de investigação e parceiros sociais, adequando a oferta e estimulando na procura e a cooperação entre as entidades formadoras e as empresas.

Linha de Ação

O planeamento da atividade da EPAAD faz-se anualmente, realizando uma análise das situações, elaborando o Plano de Atividades Anual.

A entidade promove na sua atividade diária os princípios do respeito, confiança, reconhecimento, transparência e desenvolvimento sustentável, assegurando medidas ativas e diretas junto da atividade dos seus colaboradores. Promove a ética dos seus profissionais, envolvendo-os em formações específicas para o efeito. Assegura ações corretivas em relação ao comportamento organizacional dos seus recursos humanos, através da intervenção do Diretor Pedagógico da escola e da Direção da ADA..

Os Códigos de Conduta analisam-se pela negativa – servem para regular comportamentos - e o Código de Ética analisa-se pela positiva, valorizando-se os valores (honestidade, respeito, confiança, camaradagem, solidariedade) pelo que se promove através da medição da eficácia dos comportamentos dos recursos humanos.

A melhoria contínua tem sido uma das preocupações da entidade.

Num período marcado pela indefinição do papel das escolas profissionais no âmbito do sistema nacional de ensino, pela forte concorrência das escolas secundárias, pela diminuição da população estudantil, pela redução da procura pelos alunos, pelo aumento do número mínimo de alunos por turma, é necessário repensar a estratégia de captação de públicos diversificados, não descurando a cultura identitária que está intimamente associada ao ensino profissional e à própria escola.

Perfil e Historial

A Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte (EPAAD) foi criada em 1991 possuindo autonomia jurídica e fiscal, sendo autónoma pedagogicamente e independente do ponto de vista financeiro, embora recorrendo ao financiamento público.

Como anteriormente referido, a partilha de promotores objetivos comuns, com a EPM, sustentou o ensaio de estratégias conjuntas de atuação na perspetiva de otimizar recursos e potenciar resultados.

Assim, e por imposição do Decreto-Lei 4/98 de Janeiro de 1998, ao consagrar a figura de proprietário em substituição da de promotor, obrigou a alterações substanciais no modelo de relacionamento das entidades promotoras com as escolas profissionais, proporcionando a criação de uma única entidade proprietária das duas escolas profissionais do concelho. A escritura pública de criação da Associação Diogo de Azambuja ocorre a 7 de Setembro de 1999, constituindo-se como uma associação sem fins lucrativos, por tempo indeterminado.

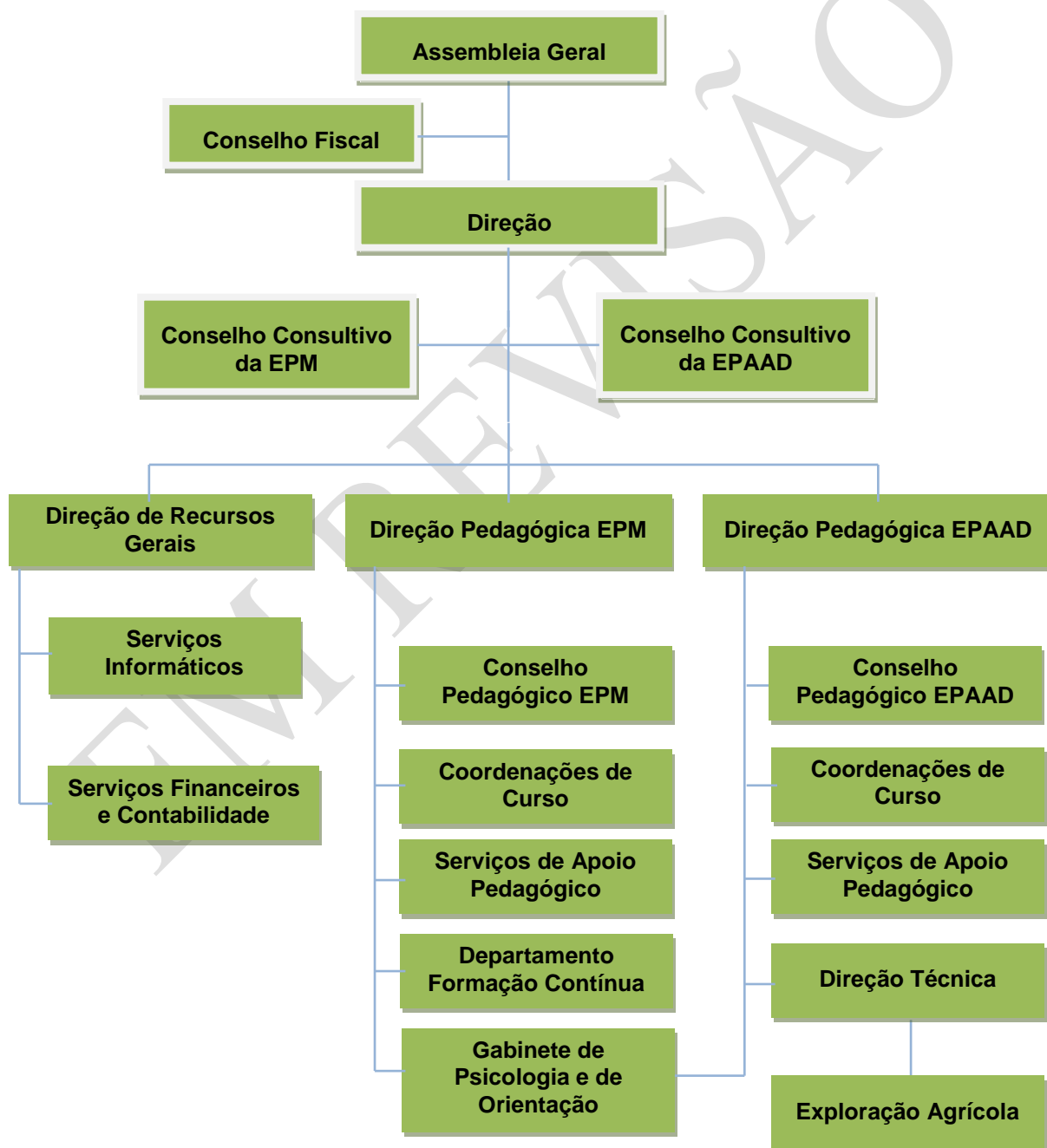
A ADA tem por fim ou objeto social a promoção do ensino profissional com integração dos seus alunos e utentes na vida profissional ativa, através das escolas profissionais de que é proprietária, e secundariamente, outras atividades de apoio a entidades locais ou nacionais, remuneradas ou não, aproveitando as suas capacidades e experiências técnicas.

Fundaram e são associadas da Associação Diogo de Azambuja (ADA), entidade proprietária da EPAAD, as sete pessoas coletivas a seguir indicadas:

- Câmara Municipal de Montemor-o-Velho
- Associação Fernão Mendes Pinto
- Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho
- Cooperativa Agrícola do Concelho de Montemor-o-Velho
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Abrunheira
- Associação Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego
- Lacticoop – União de Cooperativas de Produtores de Leite de entre o Douro e o Mondego

Organograma

O organograma funcional tem sido ajustado e atualizado de acordo com a organização funcional e o desenvolvimento da atividade formativa das escolas. Os órgãos da escola são enquadrados na estrutura e linhas hierárquicas da entidade proprietária.



CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

O Município de Montemor-o-Velho encontra-se inserido na sub-região do Baixo Mondego, que pertence à região Centro. É delimitado a Norte pelo Município de Cantanhede, a Este pelo Município de Coimbra, a Sudeste pelo Município de Condeixa-a-Nova, a Sul pelo Município de Soure e a Oeste pelo Município da Figueira da Foz. Administrativamente subdivide-se em onze freguesias – de Arazede; Carapinheira; Liceia; Meãs do Campo; União de freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões; Seixo de Gatões; Tentúgal; na margem direita do rio Mondego, União de freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca; Ereira; Pereira; e de Santo Varão; na margem esquerda. Ocupa uma área de cerca de 229 km², o que corresponde a cerca de 11,1% da área do Baixo Mondego (NUT III).

Montemor-o-Velho integra a Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra, conjuntamente com os municípios vizinhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Soure e ainda com os municípios de Arganil, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

O quadro que se apresenta a seguir dá uma ideia da situação de Montemor-o-Velho em relação aos principais centros urbanos.

Quadro I - Distância aproximada a partir da sede do Concelho

Localidade	Distância
Aveiro	77 km
Leiria	65 km
Coimbra	25 km
Figueira da Foz	16 km
Lisboa	225 km
Porto	125 km
Viseu	119 km
Castelo Branco	184 km

O concelho de Montemor-o-Velho, insere-se administrativamente no distrito de Coimbra e situa-se entre dois centros urbanos, Figueira da Foz e Coimbra, os quais exercem sobre este concelho um efeito de polarização, atraindo a sua população para as áreas de emprego no setor terciário: comércio, indústria e serviços.

Por outro lado, a fertilidade dos seus solos explica que, apesar do contínuo decréscimo da população ligada ao setor primário, continue a existir uma parte da população a dedicar-se à agricultura como principal fonte de rendimento, em explorações de pequenas dimensões, as quais vivem maioritariamente do trabalho familiar e/ou funcionam como uma segunda atividade que auxilia a subsistência das famílias. A implantação nesta área de algumas indústrias agrícolas podem ser um estímulo para a reconversão deste setor da economia no concelho.

Características Físicas do Meio

A diversidade geológica e, especialmente, a fertilidade dos solos de aluvião, aliados ao clima temperado, com cambiantes de transição entre o mediterrânico e o atlântico, conferem a este concelho uma grande riqueza agrícola e paisagística. Esta região reúne grande diversidade de espécies animais e vegetais, sendo de destacar as áreas protegidas dos paus de Arzila e do Taipal, que constituem património ambiental de grande importância e conferem singularidade a este concelho.

Recursos, potencialidades e estrangulamentos

Existem no Baixo Mondego economias locais diversas às quais correspondem, necessariamente, espaços diferenciados de um ponto de vista económico. O primeiro fator de diferenciação é o efeito polarizador exercido por dois centros urbanos: Coimbra e Figueira da Foz. Esta polarização determina duas áreas de influência caracterizadas pela concentração do emprego nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. O segundo factor de diferenciação do espaço regional é o próprio rio Mondego, que tem marcado, ao longo dos tempos, o modo de vida das populações pelo impacto que evidencia no aproveitamento agrícola das áreas ribeirinhas (campos do Mondego). No entanto, tem-se verificado, nos últimos anos, um decréscimo acentuado na população ligada ao setor primário.

As vias de comunicação, em particular a EN 111, a EN 335, a EN 341 e o eixo ferroviário, determinam também a diferenciação do espaço, adensando o povoamento nos locais de maior acessibilidade – onde são gerados os movimentos pendulares mais intensos e onde se concentra a dependência da população em relação a empregos noutros locais.

O forte potencial agrícola do Baixo Mondego é um facto sobejamente conhecido e está na génese das diversas ações integradas no âmbito do projeto de regularização do Rio Mondego. As potencialidades edafo-climáticas, associadas aos recursos hídricos da região, permitiram o desenvolvimento de uma agricultura baseada na produção de carne e leite e em culturas diversificadas, nomeadamente milho, arroz e hortícolas. As hortícolas têm-se desenvolvido bastante, apesar das respetivas dificuldades de inserção nos sistemas de distribuição e comercialização. Este recurso poderá ser substancialmente valorizado através do desenvolvimento de indústrias agroalimentares de armazenagem e distribuição na região, nomeadamente com a construção do Parque Logístico da Zona Industrial de Arazede. A evolução normal que se tem verificado na estrutura económica da região (da qual faz parte o decréscimo da população ativa no setor primário) não corresponde à perda da importância económica da agricultura. Na realidade, a agricultura continua a ser uma componente essencial das economias familiares, visto que muitas famílias residentes no Baixo Mondego possuem explorações agrícolas de reduzida dimensão.

Este concelho tem investido na criação de parques (freguesias de Arazede e Montemor-o-Velho) — devidamente infraestruturados e situados junto dos eixos viários —, de modo a oferecer boas condições à fixação de novas indústrias, procurando fixar novos empregos e promovendo o desenvolvimento. A implantação de indústrias associadas aos recursos agrícolas da região é ainda incipiente, mas poderá ser incentivada no âmbito da reconversão agrícola e integração industrial. Os recursos naturais e agrícolas e a mão-de-obra disponível são as principais potencialidades do setor industrial da região, o qual poderá beneficiar ainda do potencial científico e tecnológico das Universidades (Coimbra e Aveiro).

Como atividade económica, o turismo tem tido um crescimento exponencial no concelho de Montemor-o-Velho nomeadamente na área do turismo rural, ambiental, desportivo e gastronómico.

O concelho tem vindo a assumir um papel de destaque em provas internacionais desportivas que todos os anos trazem a Montemor-o-Velho milhares de visitantes.

As potencialidades turísticas da região são inúmeras:

- Diversas zonas de paisagem natural e unidades ecológicas específicas;
- Existência de centros hípicas e escolas de equitação;
- Vasto património histórico, cultural e edificado;
- Gastronomia regional muito diversificada com bastante ênfase na doçaria conventual reconhecida a nível nacional e internacional.
- Cartaz cultural bastante diversificado e com divulgação internacional;
- Boa acessibilidade.
- Proximidade de grandes centros, como Coimbra e Figueira da Foz.

A População

Os quadros II, III e IV, que a seguir se apresentam, permitem, respetivamente, a aferição de dados relativos à população do concelho, à população residente por grupos etários (de 1991 a 2011) e à evolução demográfica (de acordo com os censos de 2011):

Quadro II – População do Concelho

FREGUESIAS	NÚMERO DE HABITANTES			DISTÂNCIA À SEDE DO CONCELHO (KM)
	1991	2001	2011	
ABRUNHEIRA	831	735	637	10
ARAZEDE	6155	5956	5508	18
CARAPINHEIRA	3362	3093	2898	4
EREIRA	799	714	649	14
GATÕES	585	541	516	6
LICEIA	1466	1359	1254	11
MEÁS DO CAMPO	1762	1716	1853	10
MONTEMOR	2396	2853	3154	0
PEREIRA	2538	2241	3265	12
SANTO VARÃO	1456	1502	1969	10
SEIXO DE GATÕES	1599	1429	1449	9
TENTÚGAL	2286	2275	2141	10
VERRIDE	730	699	587	5
V. N.DA BARCA	410	365	291	10
TOTAL/MÉDIA	26375	25478	26171	

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

O Concelho recuperou alguma população na última década, fruto fundamentalmente do desenvolvimento de polos habitacionais nas freguesias de Montemor-o-Velho e Pereira.

Quadro III – Grupos etários

GRUPOS ETÁRIOS	1991		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
0-14 ANOS	4778	18,12	3536	13,87	3382	12,92
15-24 ANOS	3906	14,81	3346	13,13	2658	10,16
25-64 ANOS	13194	50,02	13270	52,08	14285	54,58
65 OU + ANOS	4497	17,05	5326	20,9	5846	22,34
TOTAL	26375	100	25478	100	26171	100

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

Da análise dos dados acima transcritos, conclui-se que o concelho de Montemor-o-Velho tem uma população de 26.171 habitantes (Censos de 2011), sendo o terceiro município mais populoso da região. No entanto, o concelho tem vindo a perder população de forma contínua nomeadamente no grupo etário dos 0-14 anos e nos 15-24 anos, onde essa descida é muito acentuada.

Quadro IV – Evolução demográfica

FONTE:	POPULAÇÃO RESIDENTE			VARIACÃO			ÁREA (KM²)
	1991	2001	2011	81/91	91/01	01/11	
CENSOS 91, 01 E 2011 - INE							
MONTEMOR-O-VELHO	26375	25478	26171	-3,3%	-3,4%	2,7%	228.2
BAIXO MONDEGO (NUT III)	328703	N.D.	332326	-0,4%	N.D.	-2,3	2041.9
REGIÃO CENTRO	1721541	N.D.	2327755	-2,4%	N.D.	-0,88	23703.0

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

Níveis de escolaridade e taxas de analfabetismo

Os quadros V e VI incluem, respetivamente, dados relativos ao(s) nível(is) de ensino e taxa de analfabetismo e à frequência de alunos, por nível de ensino, nas diferentes zonas geográficas do concelho de Montemor-o-Velho:

Quadro V – Nível de ensino e taxa de analfabetismo

ZONA GEOGRÁFICA	NÍVEL DE ENSINO								ANALFABETOS COM 10 OU + ANOS	TAXA DE ANALFABETISMO	
	TOTAL	NENHUM	BÁSICO			SECUNDÁRIO	MEDIO	SUPERIOR		2001	2011
			1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO						
CONCELHO	26171	2699	8543	2642	3860	4217	197	3400	1782	13,6	7,5
ABRUNHEIRA	637	77	234	64	93	99	6	55	56	13,1	9,32
ARAZEDE	5508	581	2130	602	816	808	33	433	406	13,4	7,96
CARAPINHEIRA	2898	255	1019	366	397	464	20	314	178	12,3	6,63
EREIRA	649	66	253	62	98	94	2	62	62	14,9	10,2
GATÕES	516	44	187	47	79	76	5	62	49	16,2	10,2
LICEIA	1254	144	478	144	209	181	6	69	121	15	10,5
MEÃS	1853	232	640	166	273	241	16	225	163	17,8	9,8

MONTEMOR	3154	318	800	296	436	656	39	539	190	12,5	6,6
PEREIRA	3265	359	757	216	408	567	26	843	152	13,1	5,3
SEIXO	1449	163	465	187	259	189	6	142	95	14,5	7,2
ST.º VARÃO	1969	153	490	171	313	414	15	327	71	8,8	4,1
TENTÚGAL	2141	243	752	238	341	299	17	220	185	16,6	9,3
V. N. BARCA	291	28	95	34	48	45	2	34	21	11,7	7,7
VERRIDE	587	36	243	49	90	84	4	75	33	10,6	6,0

Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 INE

Da análise dos dados acima transcritos, é possível observar que, em relação à taxa de analfabetismo, se tem vindo a registar uma evolução positiva, apesar de esta apresentar ainda valores consideráveis (7,5% em 2011).

Dados do “Atlas da Educação” (2013) demonstram que o município de Montemor-o-Velho foi o 20º concelho que mais aumentou a taxa de escolarização média total entre 1991 e 2011 e 8º, se se considerar a taxa de escolarização média entre os 25 e os 44 anos, no mesmo período.

A Rede Escolar

A rede escolar está organizada da seguinte forma:

Escolas 1º ciclo do Ensino Básico:

- EB1 Arazede
- EB1 Bunhosa
- EB1 Carapinheira
- EB1 Casal Novo
- EB1 Coutada -Meãs
- EB1 Formoselha
- EB1 Pereira
- EB1 Portela
- EB1 Seixo
- EB1 Tentúgal
- EB1 Tojeiro
- EB1 Viso
- Centro Educativo de Montemor-o-Velho

Escolas EB2,3/Secundárias

- EB2,3 Arazede

- EB2,3 José dos Santos Bessa
- Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho (sede)

Escolas Profissionais

- Escola Profissional de Montemor-o-Velho
- Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte

A Escola

A Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte tem a sua sede no Largo da Feira 3140-852 Montemor-o-Velho.

Imagem I – Fotografia aérea



Imagem II – EPAAD



Exploração Agrícola da EPAAD

A EPAAD tem uma exploração agrícola com uma área de aproximadamente 20 ha, bem como um parque de máquinas e ferramental.

A exploração agrícola da EPAAD tem como objetivo possibilitar, de forma coordenada e em articulação com os professores e formadores das áreas técnicas, atividades das aulas práticas, a serem ministradas com os alunos na exploração, assentes nas boas práticas agrícolas e na observância das regras de higiene e segurança.

Permite ainda, garantir a qualidade das aulas práticas, com a disponibilização de parcelas adequadas à implementação de operações de lavoura e demais integração prática das disciplinas técnicas dos cursos ministrados na escola.

As atividades da exploração agrícola são articuladas com as aulas práticas de forma a adequar e a rentabilizar as atividades letivas e a provocar sinergias positivas no bom andamento dos trabalhos de campo.

A exploração agrícola da EPAAD permite também a realização de ensaios técnicos de adaptação de variedades de produtos agrícolas, com instituições de ensino superior, nomeadamente a Escola Superior Agrária de Coimbra – ESAC), com instituições públicas (como o IDRHA) e com empresas das fileiras respetivas. A publicação dos resultados dos ensaios, são referidos em todo o País e até além-fronteiras, uma vez que as empresas os divulgam atempadamente, sendo frequente vários autores e publicações académicas fazerem referência aos resultados e ensaios técnicos que se realizam na Instituição.

O próximo triénio traz, à gestão da exploração agrícola da EPAAD, novos e exigentes desafios, numa progressiva mudança de paradigma, nomeadamente na diversificação das culturas e na produção. Para tal, pretende-se aumentar, de forma significativa, a área da exploração agrícola, bem como a intervir ao nível da requalificação da área de estufas e a melhorar a fase da pós colheita, o que exige estruturas de apoio à atividade da exploração, com o objetivo de maximizar a rentabilidade e de proporcionar à exploração um espaço agrícola mais consentâneo em termos de acessibilidades, segurança, exposição e abrigo dos ventos.

Oferta Formativa da EPAAD

A oferta formativa da Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte está centrada ao nível da formação inicial e distribui-se por três tipologias, designadamente: cursos profissionais; cursos de educação de formação de jovens; e cursos vocacionais de ensino básico.

Sem prejuízo do prosseguimento dos estudos, direito fundamental de qualquer cidadão, a escola pretende, sobretudo, contribuir para integração dos jovens que frequentam os seus cursos, no mercado de trabalho, satisfazendo as necessidades do tecido empresarial, fornecendo aos alunos ensinamentos teóricos, práticos e estágios, prosseguindo assim o objetivo fundamental que presidiu à sua criação.

Cursos Profissionais

Os cursos profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação ao mundo profissional. Tendo em conta o perfil pessoal de cada jovem, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local. Os cursos profissionais são percursos que cumprem vários objetivos: contribuem para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão; privilegiam as ofertas formativas que correspondem às necessidades de trabalho locais e regionais; preparam os jovens para o acesso a formações pós-secundárias ou ao ensino superior. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem e área vocacional dos jovens.

Estes cursos culminam com a apresentação de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), no qual demonstram as competências e saberes que desenvolveram ao longo da formação.

Ensino profissional, de nível secundário destinado a jovens que terminaram o 9º Ano de escolaridade. Os cursos profissionais conferem dupla certificação escolar, ao nível do 12º ano de escolaridade, e profissional de nível IV. Os cursos profissionais têm um desenvolvimento curricular perfeitamente ajustado aos objetivos que prosseguem e aos perfis de formação. Todos têm a duração de três anos e

incorporam períodos de estágio em empresas, com uma duração nunca inferior a 600 horas de formação. Os planos curriculares de cada curso são legalmente definidos por portarias específicas, preparadas de forma a não excluir a possibilidade de prosseguimento de estudos no ensino superior.

Cursos de Educação e Formação de Jovens

Os Cursos de Educação e Formação (CEF) são uma oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos interesses dos jovens, ou para prosseguir estudos ou formação que permita uma entrada qualificada no mundo do trabalho. Neste sentido, cada curso corresponde a uma etapa de educação/formação (desde o Tipo 1 ao Tipo 7) cujo acesso está relacionado com o nível de habilitação escolar.

A escola oferece cursos de Tipo 2, destinados a jovens com 15 anos de idade e com 6º Ano de escolaridade, o 7º ou que tenham a frequência do 8º de escolaridade mas sem aproveitamento. Os cursos de educação e formação de jovens conferem uma dupla certificação escolar, ao nível do 9º ano de escolaridade, e profissional de nível II;

Estes cursos culminam com uma prova de desempenho profissional que consiste na realização, perante um júri, de um ou mais trabalhos práticos, baseados nas atividades do perfil de competências visado, devendo avaliar os conhecimentos e competências mais significativos.

Cursos Vocacionais

Cursos vocacionais de nível básico, destinados a jovens com percursos escolares irregulares com 6º Ano de escolaridade, o 7º, o 8º, ou que tenham a frequência do 9º de escolaridade mas sem aproveitamento. Os cursos vocacionais de nível básico conferem certificação escolar, ao nível do 9º ano de escolaridade, e tendem a substituir os cursos de educação e formação de jovens.

A escola pretende, no triénio, alargar a sua oferta nesta tipologia a cursos vocacionais de nível secundário. Com estes cursos pretende-se assegurar a criação de uma oferta de ensino secundário coordenada com empresas que responda ao interesse dos jovens que, no final da escolaridade obrigatória, pretendam ter uma saída profissional concreta. As empresas, entidades e instituições parceiras, sediadas na área geográfica da escola, estão envolvidas na realização dos estágios de

formação em contexto de empresa e contribuem para a lecionação da componente vocacional.

Estes cursos destinam-se a alunos a partir dos 16 anos de idade que, tendo obtido aproveitamento no ensino básico, procurem alternativas ao ensino secundário profissional e ao ensino secundário regular e pretendam uma oferta mais técnica, designadamente os que se encontrem em risco de abandono escolar. O encaminhamento dos alunos faz-se após um processo de avaliação vocacional e exige o acordo dos encarregados de educação se os alunos tiverem menos de 18 anos de idade.

Têm uma estrutura curricular organizada por módulos e estão enquadrados no Sistema Nacional de Qualificações, com referência ao Catálogo Nacional de Qualificações, correspondendo a uma qualificação de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (12.º ano de escolaridade e certificado de nível 4) e procuram dar resposta às exigências da saída profissional que se pretende obter.

As disciplinas das componentes geral e complementar têm como referência os programas das disciplinas das componentes de formação sociocultural e científica dos cursos profissionais; a componente vocacional e a componente de estágio formativo têm por base os referenciais de formação constantes no Catálogo Nacional de Qualificações.

Autorizações Prévias de Funcionamento

A abertura de novos cursos ao nível do ensino profissional, para além do seu enquadramento ao nível das prioridades regionais e nacionais definidas pela Agência Nacional para a Qualificação, carece de uma autorização prévia de funcionamento que visa aferir a existência na escola de condições específicas para o funcionamento de cada curso.

A escola tem optado por manter a sua oferta formativa dentro da sua matriz intimamente ligada à agricultura e ao desenvolvimento rural e, dentro desta, de acordo com as necessidades locais e regionais.

A EPAAD dispõe de Autorização Prévia de Funcionamento para os cursos profissionais a seguir indicados:

- Curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural;
- Curso Técnico de Produção Agrária;
- Curso Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar;
- Curso Técnico de Análise Laboratorial;
- Curso Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes.

Tutela

Apesar de dispor de autonomia financeira e pedagógica a escola está sujeita a um conjunto de autoridades nacionais, designadamente:

- Ministério da Educação
- Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional
- Direção de Geral dos Estabelecimentos Escolares
- Direção de Serviços da Região Centro
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
- Autoridade para as Condições de Trabalho
- Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho

Indicadores de desempenho

O desempenho da escola é condicionado por um conjunto alargado de fatores de ordem diversa, entre os quais se destacam: o espaço físico da escola, as relações interpessoais, as competências pessoais dos alunos, o nível de vida ou de carência económica, a rede de transportes, o interesse pelo curso e motivação, o desempenho dos professores, entre outros.

Os quadros a seguir resumem os resultados obtidos nos últimos ciclos de formação do ensino vocacional, cef's e profissional.

Quadro IX.I – Referências históricas de abandono e sucesso escolar na EPAAD (CEF's)

Turmas	Ano	Matriculados	Desistentes	%	Conclusão	%
OMA3	2008/2010	16	2	13%	12	86%
OMA4	2009/2011	14	6	43%	8	100%
OA2	2010/2012	12	4	33%	4	50%
OA3	2011/2013	16	6	38%	8	80%

Quadro IX.II – Referências históricas de abandono e sucesso escolar na EPAAD (vocacionais)

Turmas	Ano	Matriculados	Desistentes	%	Conclusão	%
CV1	2013/2014	29	2	7%	15	56%

Quadro IX.III – Referências históricas de abandono e sucesso escolar na EPAAD (ensino profissional nível IV)

Turmas	Ano	Matriculados	Desistentes	%	Conclusão	%
TGA1	2008/2011	21	6	29%	11	73%
TPCQA3	2009/2012	19	3	16%	16	100%
TAL2	2010/2013	17	2	12%	11	73%
TAR3	2010/2013	19	4	21%	4	27%
TPA4	2011/2014	23	9	39%	10	71%

Verifica-se um aumento preocupante do indicador da taxa de desistência ao longo dos anos, mas em relação à taxa de conclusão esta vem-se mantendo estável e acima da média.

Relativamente à percentagem de alunos que abandonam o percurso escolar a direção pedagógica está sensibilizada para esta problemática e à procura de estratégias que possam vir a colmatar este problema.

Desenvolvimento Curricular

Os planos curriculares dos cursos profissionais compõem-se por diversas disciplinas agrupadas em três componentes de formação:

- Área sócio-cultural;
- Área científica;
- Área técnica, tecnológica e prática.

Os cursos profissionais têm a duração de três anos letivos, num total de horas nunca inferior a 3200 horas, os de nível II (seja CEF's ou Cursos Vocacionais) têm a duração variável de um ou de dois anos letivos.

As disciplinas estão organizadas segundo uma estrutura modular, adequando-se a esta a metodologia de ensino-aprendizagem. Os módulos são unidades de aprendizagem autónomas, que permitem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e atitudes, através de experiência de atividades de aprendizagem que têm em conta a diversidade de ritmos dos formandos; os módulos complementam-se e interligam-se construindo um todo cuja estrutura inteira permite sequências alternativas de aprendizagem.

FORMAÇÃO TEÓRICA – com o objetivo de dotar os alunos de conhecimentos indispensáveis para o desempenho da função ao nível do “Saber-Saber”.

FORMAÇÃO PRÁTICA SIMULADA – com o objetivo de, em contexto de formação, dotar os alunos de competências ao nível do “Saber-Fazer” e do “Saber-Ser”, determinante para o bom desempenho das suas funções.

FORMAÇÃO/PRÁTICA EM CONTEXTO DE TRABALHO – com o objetivo de, no local de trabalho, desenvolver a aprendizagem mediante a execução de tarefas inerentes à função e de acordo com os perfis profissionais dos cursos. Visa consolidar os conhecimentos e as competências adquiridas, facilitando a aproximação ao mundo do trabalho e da empresa, de forma a potenciar a futura inserção profissional dos alunos.

Avaliação

O processo de avaliação, de acordo com a metodologia modular, deve ser contínuo, flexível e formativo. A avaliação deve constituir um dos elementos da relação pedagógica possibilitando o desenvolvimento das capacidades dos formandos e respeitando a diversidade de ritmos de aprendizagem.

Avaliação nos cursos profissionais e nos cursos vocacionais:

- Avaliação formativa, presente ao longo do processo ensino-aprendizagem, assumindo as diversas facetas da relação pedagógica com os formandos (avaliação de diagnóstico, avaliação contínua, trabalho individualizado, adaptação de estratégias de aprendizagem, etc.);
- Avaliação sumativa, realizada de módulo a módulo e formalizada na escala de 0 a 20 valores. Esta avaliação é afixada em pauta sempre que os formandos tenham atingido classificação positiva, permitindo-lhes aprovação nos módulos. No processo de avaliação os formadores/professores deverão obedecer às seguintes condições:
 - Explicitar com clareza os objetivos a atingir em cada módulo;
 - Definir os saberes que constituem pré-requisitos para cada módulo;
 - Explicitar os momentos e métodos de avaliação de cada módulo, assim como os respetivos critérios;
 - Preencher as pautas internas, conferir e assinar os termos.

Avaliação nos cursos de educação e formação de jovens:

- A avaliação é contínua e reveste um carácter regulador, proporcionando um reajustamento do processo ensino-aprendizagem e o estabelecimento de um plano de recuperação que permita a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcione o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma maior autonomia na realização das aprendizagens.
- A avaliação é preferencialmente **contínua** e realiza-se por disciplina ou unidades (na componente de Formação Tecnológica) e por componente de formação, expressando-se numa escala de 1 a 5.

Apoios aos Formandos

Os apoios dos formandos da Escola são definidos no despacho normativo nº 4-A/2008, de 24 de Janeiro, alterado e republicado pelo despacho normativo nº 12/2012, de 21 de Maio, na sua redação atual, e de acordo com as interpretações do POPH, veiculadas através de Circulares Normativas.

A atribuição de alguns apoios está dependente do posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família.

Genericamente e sem prejuízo das condições específicas para a atribuição de cada subsídio os alunos podem dispor de:

- Bolsa para Material de Estudo, atribuída anualmente
- Bolsa de Profissionalização, atribuída mensalmente durante o período de estágio
- Subsídio de Refeição, atribuído por cada dia de formação
- Subsídio de Transporte, atribuído mensalmente
- Subsídio de Alojamento, atribuído mensalmente

A escola dispõe ainda de um autocarro, de uma viatura de 9 lugares para apoio no transporte de alunos para a formação.

A Relação Escola – Empresas

Dinâmicas de Inserção no setor económico e social

A escola coloca regularmente, todos os anos letivos, em diferentes períodos alunos a realizar a sua formação em contexto de trabalho em empresas da região, o que revela a sua estreita ligação ao mundo do trabalho no sentido de cumprir com uma parte importantíssima da sua Formação, porque a sua avaliação é autónoma e integra o cálculo da média final de cada curso.

Os referenciais de formação identificam para cada família profissional as qualificações associadas às respetivas saídas profissionais, os saberes científicos, tecnológicos e técnicos estruturantes da formação exigida. Pelo que esses referenciais são aprovados pelo Ministério da Educação e pela Agência Nacional para a

Qualificação e o Ensino Profissional. Os referenciais dos cursos profissionais são periodicamente atualizados, tendo em vista esta convergência, bem como a responsabilidade de colocar no mercado de trabalho operadores de nível II e técnicos de nível IV a “Saber-Fazer”.

A participação das empresas neste processo faz-se pela via da integração do aluno no setor de trabalho e participa também nas Provas de Aptidão Profissional como membro de Júri, representante das associações empresariais ou das empresas de setores afins ao curso e integra um representante das associações sindicais dos setores de atividade afins ao curso.

Os setores de trabalho dos cursos são diversificados nas áreas de turismo e ambiente rural, processamento e controlo da qualidade alimentar, produção agrícola, técnicas de análise laboratorial e jardinagem e espaços verdes. De acordo com cada perfil profissional há inúmeras competências profissionais para que cada técnico se integre nas empresas de forma positiva desempenhando tarefas e funções adequadas e exigidas por cada setor profissional.

O esforço e a responsabilidade interinstitucional vêm-se quando se avalia a quantidade e a variedade de empresas envolvidas nos processos de aprendizagem da Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte.

Projetos Transversais

Educação para o Ambiente – Programa Eco-Escolas

O **Programa Eco escolas** é um projeto educativo internacional promovido pela organização não-governamental Europeia Fundação para a Educação Ambiental (em inglês: Foundation for Environmental Education - FEE) e apoiado pela Comissão Europeia. O programa, destinado preferencialmente às escolas do ensino básico, mas aberto a todos os graus de ensino do pré-escolar às universidades, pretende reconhecer (com a atribuição da Bandeira Verde Eco Escola) e estimular as escolas empenhadas em melhorar o seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade. Uma Eco Escola é uma instituição de ensino que segue o Programa Eco-Escolas. As duas escolas da Associação Diogo de Azambuja são instituições que seguem o Programa Eco Escolas desde o ano letivo de 2009/2010.

Erasmus+

O **Erasmus+** é o novo programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto. Entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014 e consolida, sob um único quadro de apoio as áreas da educação, formação, juventude e desporto e outros programas internacionais, incluindo o Jean Monnet e o Erasmus Mundus. É destinado a apoiar as atividades de educação, formação, juventude e desporto em todos os setores da aprendizagem ao longo da vida, incluindo o Ensino Superior, Formação Profissional, Educação de Adultos, Ensino Escolar, Atividades para jovens e formação no âmbito do Desporto amador. É ambição da escola, durante o triénio, participar em projetos no âmbito do referido programa.

Estruturas de Organização Pedagógica, Técnica e Administrativa

A escola assegura uma gestão eficaz assente numa liderança e numa clara repartição de funções atribuídas a recursos humanos com competências adequadas.

A Direção Pedagógica da escola e a Direção de Recursos Gerais trabalham conjuntamente, envolvendo-se direta e pessoalmente na atividade formativa, de forma a controlarem a dinâmica regular da escola.

A Direção da escola aceita propostas de melhoria promovem atividades de melhoria e lideram processos de mudança quando se avaliam as necessidades internas. Reúnem também com regularidade com as estruturas intermédias, nomeadamente os Coordenadores de Curso, Orientadores Educativos de Turma e realizam reuniões periódicas com os professores.

A entidade proprietária da escola dispõe de um conjunto de recursos humanos, que embora tenha vindo a diminuir, asseguram o normal funcionamento da escola, cuja estrutura se discrimina no quadro a seguir:

Quadro XI – Recursos Humanos

Recursos Humanos	
Docentes internos	13
Docentes externos	14
Pessoal Técnico	5
Administrativos efetivos	7
Outro Pessoal efetivo	9
TOTAL	48

Todas as funções estão ajustadas à competência de cada colaborador. Registrando-se alteração de funções de acordo com os ajustamentos considerados necessários pela nova dinâmica que a escola vem sentindo ao longo dos anos, não descurando a experiência dos Recursos Humanos da Escola. Para promover o ajustamento das competências existentes às necessidades temos planos de formação dirigidos aos recursos humanos, no sentido de frequentarem determinadas ações de formação.

O Diretor Pedagógico da Escola encaminha regularmente informação sobre ações de formação, *workshops*, e seminários de acordo com a formação académica/experiência profissional e funções desempenhadas ajustadas às competências dos recursos humanos da Escola, com o objetivo de aqueles poderem participar nas mesmas.

Coordenadores de Curso e Estruturas de Orientação Educativa

A coordenação técnico-pedagógica dos cursos é nomeada pela Direção Pedagógica e aprovada pela Direção da ADA e é responsável por todo o processo de coordenação da equipa pedagógica, a articulação entre as diferentes componentes de formação, entre as diferentes disciplinas, bem como tudo o que se relaciona com a preparação da Formação em Contexto de Trabalho e com o plano de transição para a vida ativa.

A Orientação Educativa de cada turma é atribuída a professores internos da Escola e preferencialmente acompanha todo o ciclo formativo do aluno.

Docentes

A contratação docente é da responsabilidade da Direção da ADA, sob proposta da Direção Pedagógica da Escola obedecendo aos seguintes critérios:

- Habilitação legalmente exigida para os graus correspondentes do ensino regular (docentes da componente de formação sócio-cultural e científica);
- Experiência profissional ou empresarial efetiva (docentes da formação técnica);
- Adequação do perfil do candidato às exigências pedagógicas e profissionais previamente definidas;
- Com Certificado de Competências Pedagógicas da função de Formador.

Avaliação da Escola

A Escola elabora o Relatório Anual de atividades no qual analisa os resultados obtidos, com o objetivo de apresentar resultados de atividades, bem como analisar os seus pontos mais fortes e fracos no sentido de ativar melhorias ao nível da sua atuação interna e externa.

A Avaliação de Reação é realizada curso a curso.

A Avaliação da Aprendizagem é realizada ao longo dos cursos (diagnóstica, contínua/formativa e sumativa).

A Avaliação de Desempenho dos Colaboradores é realizada pela Comissão de Avaliação, suportada também na Auto-avaliação de Desempenho Docente, nos domínios das Competências para Lecionar, Competências Profissionais e de Conduta, Competências Sociais e de Relacionamento e nos domínios de Gestão aos docentes com cargos de Coordenação.

A Avaliação das Desistências é realizada através do tratamento dos dados/análise de todas as declarações de desistência que os formandos entregam nos serviços administrativos.

A Avaliação das Ocorrências e Reclamações faz-se pontualmente de acordo com a análise das mesmas à medida queque ocorrem ao longo do ano e cumprindo-se com o respetivo Regulamento.

A escola ao realizar o Relatório Anual tece considerações finais sobre os resultados apresentados, analisa desvios aos projetos e indica áreas de melhoria, propondo alterações a curto, médio e longo prazo, tendo em conta o contexto e a existência de operadores na área da formação.

Principais constrangimentos

Identificam-se os principais problemas educativos:

- O concelho e a região apresentarem indicadores de decréscimo de jovens;
- Inexistência de uma rede de formação estável e sustentada, originando uma forte concorrência e até sobreposição de ofertas formativas;
- Modelo de financiamento austero;
- Grande fragilidade social e económica das famílias;
- Cultura de abandono e desvalorização da escola;
- Reduzida participação dos encarregados de educação na vida da escola;

Princípios Orientadores

Missão

A Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte enquanto entidade educadora e formadora de recursos humanos empenhados no exercício de atividades profissionais qualificadas, assume a responsabilidade de, através do ensino técnico-profissional, desenvolver atividades de educação e formação qualificantes que possam contribuir para a melhoria do nível cultural e educacional da população e para o desenvolvimento da região em que se insere.

A atividade da escola orienta-se no sentido de disponibilizar aos seus alunos uma formação humana integral, que assenta nos seus aspetos pessoal, cultural, científico, técnico e profissional, proporcionando-lhes uma formação adequada para um exercício profissional qualificado.

Visão

A Visão da EPAAD pretende ser mobilizadora e enquadradora da atividade de todos os colaboradores.

Construir uma organização de excelência, socialmente responsável, reconhecida a nível regional e nacional, suportada numa rede regional de parcerias, fundamental na

prestação de serviços de formação e na qualificação e certificação de competências académicas e profissionais.

Valores

A atuação EPAAD deve pautar-se pelos seguintes valores:

- Qualidade;
- Responsabilidade social;
- Trabalho em equipa;
- Inovação;
- Transparência;
- Ênfase nos resultados;
- Proximidade aos alunos.

Análise SWOT

Pontos Fortes

- Corpo docente com estabilidade nas componentes de formação Sociocultural e Científica;
- Docentes da área técnica com currículos relevantes e experiência comprovada na área em que lecionam;
- Inserção dos alunos nos tecidos socioeconómicos locais e regionais;
- Capacidade para fornecer uma qualificação profissional simultânea com o diploma de ensino secundário para adultos;
- Prestígio da escola e dos cursos a nível regional e nacional;
- Imagem positiva junto do tecido Empresarial da Região Centro;
- Boas condições para a realização de aulas práticas.

Pontos Fracos

- Dificuldade na captação de novos alunos;
- Instalações da escola a necessitar de manutenção;
- Edifício da escola pouco atrativo;

Ameaças

- Modelo de financiamento austero;
- Dependência de Financiamento Comunitário;
- Concorrência das Ofertas Formativas das Escolas Públicas.

Oportunidades

- Crescente divulgação nos meios de comunicação social da agricultura e do mundo rural como negócio de sucesso;
- Aposta dos fundos comunitários em projetos de agricultura e de desenvolvimento rural, nomeadamente de turismo para jovens;
- Taxa elevada de empregabilidade nas áreas de formação dos alunos.
- Vocação prática dos cursos profissionais.

Política de qualidade

Os princípios orientadores da política de qualidade da EPAAD a seguir referidos estão presentes na cultura da organização e traduzem-se na procura constante da satisfação da comunidade escolar:

- Ser uma escola de excelência em humanização, ensino e cultura que integre a comunidade global contribuindo na formação de lideranças capazes de cooperar na formação de uma sociedade futura;
- Proporcionar os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, nomeadamente a planificação, realização e avaliação de estágios;
- Proporcionar o desenvolvimento individual dos seus colaboradores criando condições para a dinâmica e enriquecimento da organização;
- Prestar serviços educativos à comunidade na base de uma troca e enriquecimento mútuos;
- Contribuir para a realização pessoal dos jovens e adultos, proporcionando a preparação para a vida ativa;
- Proporcionar a formação integral e integrada dos jovens e adultos, qualificando-os para o exercício profissional e para o prosseguimento de estudos;
- Analisar necessidades de formação locais e regionais e proporcionar as

respostas formativas adequadas;

- Contribuir para o desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural da comunidade;
- Cumprir todos os requisitos legais aplicáveis;
- Assegurar o comprometimento das partes interessadas na implementação dos requisitos normativos da responsabilidade social;
- Sensibilizar para a proteção do meio ambiente dirigindo os seus esforços para a procura de uma maior sustentabilidade ambiental.

O planeamento e o desenvolvimento da atividade da escola realiza-se tendo por base os princípios da melhoria contínua.

Objetivos Estratégicos

Objetivo 1

Desenvolver continuamente a qualidade do ensino; rever e atualizar permanentemente os projetos educativos. Só a aposta na qualidade e inovação no ensino ministrado na escola permitirá que esta continue a ser uma alternativa credível junto dos jovens.

Objetivo 2

Promover a imagem da escola. É necessário desenvolver estratégias de marketing direcionadas de forma a captar a atenção da população a quem nos dirigimos (alunos, encarregados de educação, agentes educativos e comunidade).

Objetivo 3

Aperfeiçoar o atendimento aos alunos e fortalecer os vínculos com os ex-alunos. A formação ao longo da vida é cada vez mais uma necessidade de todos nós, a escola possui já um vasto leque de ofertas de formação nessa perspetiva, pelo que importa prolongar a intervenção da escola ao longo da vida dos formandos.

Objetivo 4

Expandir e adequar a oferta de cursos de ensino básico e secundário, atualizando diagnósticos de necessidades ao nível da formação e inovando para áreas

de formação com potencial de crescimento de importância sócio-económica num horizonte temporal de médio prazo.

Objetivo 5

Reforçar parcerias para o desenvolvimento da formação e para o prosseguimento de estudos com instituições do ensino superior politécnico, sobretudo regionais, designadamente:

- Escola Superior Agrária de Coimbra;
- Escola Superior de Educação de Coimbra;
- Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra;
- Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.

Objetivo 6

Consolidar um quadro de docentes qualificados. Promover o aumento das qualificações profissionais e habilitações académicas dos docentes e proporcionar condições para a participação em ações de formação contínua.

Objetivo 7

Incrementar e intensificar a atuação comunitária. A promoção de iniciativas de qualidade onde se conjuguem diversos objetivos:

- Promover a motivação dos alunos e funcionários (docentes e não docentes);
- Promover a escola junto da comunidade;
- Projetar as atividades da escola para o meio envolvente;

Objetivo 8

Aperfeiçoar a comunicação institucional. Melhorar os mecanismos de comunicação internos de forma a ultrapassar os constrangimentos existentes. Uniformizar os materiais de comunicação e metodologias utilizados.

Objetivo 9

Desenvolver e manter um modelo de organização e gestão com padrões adequados de efetividade, fiabilidade e capacidade de resposta. A certificação de qualidade como instrumento de melhoria permanente.

Objetivo 10

Fomentar a qualidade e competitividade na escola. Promover a partilha e generalização das boas práticas a todo o universo da escola.

Objetivo 11

Ampliar a eficiência e a eficácia operacional. Eliminar o desperdício e reduzir a ineficácia, mantendo sempre um elevado padrão de qualidade.

Objetivos Operacionais

Objetivo 1

Adequação da oferta formativa da escola, introduzindo na oferta formativa da escola novos cursos, tendo por base o levantamento das necessidades formativas da comunidade.

Objetivo 2

Melhoria do processo de recrutamento de alunos através de estratégias de marketing e fidelização desses alunos proporcionando respostas adequadas às suas necessidades.

Objetivo 3

Avaliação contínua do modelo de gestão e organização pedagógica, considerando fatores como: racionalização de recursos humanos; Indicadores de execução pedagógica; aplicação de mecanismos promotores do sucesso dos formandos; Introdução de novos instrumentos e novas metodologias de trabalho e de avaliação de desempenho dos docentes e não docentes.

Objetivo 4

Modernizar os equipamentos afetos à formação, particularmente os relacionados com as novas tecnologias.

Objetivo 5

Melhorar os espaços físicos da escola com obras de manutenção que proporcionem bem-estar aos alunos.

Objetivo 6

Sistematização da utilização de plataformas de gestão interna do processo formativo (intranet) e plataforma de gestão de conteúdos educativos (moodle) bem como da escola virtual.

Objetivo 7

Diversificação das áreas de intervenção na comunidade, promovendo parcerias com instituições locais representativas das áreas de formação das escolas.

Objetivo 8

Envolvimento da escola em projetos nacionais e internacionais tais como:

- Eco escolas;
- Olimpíadas do Ambiente;
- Ciência Viva;
- Erasmus+;
- Empreendedorismo;
- Entre outros.

Estratégias de intervenção

Este projeto tem como objetivo contribuir para dar continuidade ao processo de construção de uma escola criativa, capaz de potenciar os seus recursos (espaços, materiais e intervenientes); de interagir com a sua comunidade e de inovar as suas práticas e conteúdos; de fazer a ponte entre a vida estudantil e a inserção na vida laboral.

Nesse sentido, a EPAAD deverá constituir-se como um espaço privilegiado de construção e de partilha entre as várias dimensões da formação dos alunos – o “saber ser”, o “saber estar” e o “saber fazer”, assente na formação dos jovens, na preparação para a vida ativa e na luta contra o insucesso escolar.

A Escola pretende concretizar as seguintes prioridades de intervenção educativa:

- Melhoria do rendimento escolar, valorizando a formação contínua, o sistema modular e a aprendizagem pela descoberta;

- Promoção da formação integral do aluno, fomentando uma educação para o exercício da cidadania, em todas as suas vertentes;
- Envolvimento dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos, insistindo na informação, destacando a sua importância na vida da escola e na consciencialização dos seus direitos e deveres;
- Melhoria das condições de trabalho de todos os elementos da comunidade escolar, valorizando o espaço escolar e rentabilizando todas as suas valências;
- Implementação, na prática diária, das tecnologias da informação e da comunicação tirando partido dos equipamentos existentes.

Linhas de intervenção para o triénio

Procurando ir de encontro às linhas estratégicas, definem-se genericamente as seguintes linhas de intervenção para o triénio:

Ao nível dos alunos

- Promover o gosto pelas aprendizagens e pela procura dos saberes;
- Formar alunos participativos, conscientes dos seus direitos e deveres, e interventivos na vida da escola,
- Consciencializar para o cumprimento das regras e do respeito pelas normas, quer no espaço da sala de aula, quer fora dela;
- Promover a educação para a cidadania no respeito pela diferença.
- Reduzir o abandono escolar, valorizando a importância da escola na vida de cada aluno.
- Reduzir o absentismo, através da motivação para as aprendizagens.
- Desenvolver estratégias que possibilitem a integração plena dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Estimular a participação dos alunos, nomeadamente através dos seus órgãos representativos.
- Valorizar a escola como um espaço educativo, socialmente relevante e de valorização individual, onde esforço e desempenho são fundamentais para adquirir as competências do currículo;

- Desenvolver estratégias diversificadas e dias temáticos que impliquem o aluno na sua própria aprendizagem
- Promover atividades que permitam a aquisição de métodos e técnicas de estudo;
- Promover o gosto pela utilização correta da Língua Portuguesa, reconhecendo a sua importância fundamental na vida da escola;
- Sensibilizar os alunos para a defesa do ambiente e preservação da natureza e do património;
- Formar alunos para uma cidadania responsável e participativa no sentido de consolidar princípios e valores democráticos;

Ao nível do pessoal docente

- Estimular a consciência do papel decisivo no desenvolvimento de uma cultura e rigor e exigência, com vista à qualidade da escola na formação / educação dos alunos.
- Sensibilizar para a importância da dinamização de estratégias diversificadas e ajustadas aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.
- Promover a interdisciplinaridade através da apresentação de projetos nacionais e/ou internacionais, como forma de motivar e envolver os alunos no processo de ensino/aprendizagem de uma forma mais operacional e interventiva.
- Desenvolver estratégias que permitam apoiar de forma eficiente os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- Incentivar para a dinamização de um ensino mais prático em detrimento de um ensino essencialmente teórico.
- Consciencializar para a importância da uniformização de procedimentos de intervenção no que se refere ao comportamento dos alunos.
- Promover condições para a atualização científica e pedagógica como garante da qualidade do ensino desenvolvido, numa perspetiva de melhoria contínua.

Ao nível do pessoal não docente

- Desenvolver uma cultura de rigor e exigência, com vista à qualidade do funcionamento da escola.
- Promover a participação ativa junto dos alunos e encarregados de educação, como forma de implicá-los no processo de ensino aprendizagem.

- Estimular a atualização de saberes de forma a responder de forma eficiente às exigências da função exercida.
- Sensibilizar para a importância do contributo e articulação de todos os intervenientes na melhoria de respostas aos alunos.

Ao nível dos pais e encarregados de educação

- Promover uma cultura de participação na vida da escola, quer como co-responsáveis na educação dos seus educandos, quer como participantes na sua estrutura representativa.
- Incentivar para um acompanhamento efetivo dos educandos no processo de aprendizagem em casa.
- Promover a participação nos órgãos da escola.

Ao nível do processo ensino/aprendizagem

- Promover o sucesso com base no princípio da igualdade de oportunidades;
- Promover a realização de atividades variadas, fomentadoras da aquisição de hábitos de trabalho, que diversifiquem as formas de interação em aula;
- Estimular a realização de trabalhos de projeto, que permitam aos alunos a aquisição de saberes interdisciplinares e o desenvolvimento de competências diversas.
- Desenvolver um clima saudável de aprendizagem;
- Promover a troca de experiências e o trabalho de cooperação;
- Promover de forma regular e sistemática visitas de estudo ou outras atividades coerentes com os objetivos definidos, que ampliem os benefícios educativos, se possível numa perspetiva de interdisciplinaridade;
- Promover a participação em seminários referentes à área técnica de cada um dos cursos existentes na escola;
- Desenvolver projetos nacionais e internacionais que promovam a interação com a comunidade.
- Elaborar e desenvolver um plano de dinamização da Biblioteca;

A Escola e o Meio

- Incentivar programas de informação/formação de espaços de diálogo para assuntos de interesse da comunidade escolar e do público em geral em articulação com os serviços culturais e sociais da comunidade, ou seja, desenvolver programas e protocolos com instituições e setores de atividade da comunidade numa dinâmica de intercâmbios;
- Promover a discussão sobre as ofertas curriculares e de complemento curricular com as instituições da região, em articulação com a autarquia;
- Realizar Dias Temáticos direccionados para a população escolar da região;
- Promover o interesse das entidades empregadoras, no sentido de estas proporcionarem estágio aos alunos, com o intuito de fomentar a sua inserção no mundo do trabalho;
- Promover o intercâmbio com outras escolas profissionais, com o objetivo de uma partilha de experiências e vivências.
- Desenvolver projetos nacionais e internacionais que promovam a interação com a comunidade.

Metas

Definem-se como metas a alcançar no final do triénio:

1. Aumento do grau de motivação, de participação e de satisfação dos alunos;
2. A diminuição das taxas de abandono escolar para valores abaixo das médias nacionais;
3. A diminuição dos níveis de insucesso escolar para valores abaixo das médias nacionais;
4. Integração profissional dos formandos;
5. Diminuição do número de ocorrências disciplinares;
6. O reconhecimento de toda a comunidade educativa como atores participantes, ativos e inclusivos em todos os processos escolares;
7. O reconhecimento generalizado da intervenção da escola no universo regional;
8. A otimização dos recursos físicos, técnicos e das relações humanas;
9. Aumento do número de projetos pluridisciplinares da escola;
10. Aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação interna da escola;

11. Aumento do nível de participação dos Encarregados de Educação na escola;
12. Aumento do número de parceiros da escola;
13. Aumento do número de projetos internacionais;
14. Aumento do grau de motivação, de participação e de satisfação dos colaboradores;
15. Execução de obras de manutenção do edifício da escola;
16. Melhoramento de sistema de aquecimento nas salas de aula;
17. Modernização dos equipamentos informáticos;
18. Alargamento da rede de transportes dos alunos;
19. Avaliação sistemática do Projeto Educativo, do Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades da escola.
20. Alargamento da oferta formativa.

DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Este Projeto Educativo deve ser encarado numa conceção dinâmica de planeamento da política educativa da Associação Diogo de Azambuja durante o próximo triénio. Para tal, torna-se fundamental a sua divulgação e disponibilização junto da comunidade educativa para que esta se envolva e se torne parte ativa na sua concretização.

Divulgação

Divulgação Interna:

Deverá ser divulgado junto dos:

- Alunos, Coordenadores de Curso e Orientadores Educativos de Turma;
- Formandos dos Cursos de Educação e Formação de Adultos, através da Coordenadora Técnico-Pedagógica;
- Professores das Escolas, através dos Diretores Pedagógicos;
- Funcionários não docentes, através dos Diretores Pedagógicos;
- Pais e Encarregados de Educação, pelos Orientadores Educativos de Turma;
- Outros elementos da comunidade educativa, através do órgão de administração e gestão da escola.

Divulgação Externa:

Deverá estar disponível para consulta:

- Entidades Tutelares da ADA – DGESTE; ANQEP; ME; IEFP; DGERT
- Sites das Escolas <http://epm.ada-net.org> ou <http://epaad.ada-net.org>;
- Site da ADA: <http://ada-net.org>
- Página da ADA no Facebook;
- Rádios locais e regionais;
- Placards e Outdoors;
- Folhetos Informativos;
- Flyer`s;
- Cartazes.

Acompanhamento e Avaliação do Projeto Educativo

A Escola promove uma permanente autoavaliação da sua atividade com reflexos ao nível da melhoria contínua dos seus serviços e produtos. As ações corretivas e de melhoria têm como objetivo a promoção da qualidade das intervenções, incluindo necessariamente a revisão de conteúdos, metodologias, instrumentos e composição das equipas, no sentido da sua constante atualização, de forma a permitir uma contínua adequação das suas intervenções aos objetivos propostos.

A avaliação do projeto educativo visa aferir o grau de concretização dos diferentes objetivos. Este processo será realizado por todos os intervenientes no processo educativo e coordenado pelo Diretor Pedagógico, que definirá os indicadores da avaliação e produzirá os instrumentos necessários.

Podemos considerar quatro momentos de avaliação:

- A final e global do Projeto, a realizar-se no final do período de vigência do mesmo;
- A avaliação intermédia dos resultados, no final de cada ano letivo, e que permite efetuar as necessárias correções antes de se proceder à elaboração do plano anual seguinte;
- A avaliação contínua a realizar ao longo de todo o processo de execução do projeto educativo e que permitirá que se efetuem reformulações e readaptações aos objetivos.

Os Instrumentos a utilizar serão:

- Relatórios das atividades previstas no Plano Anual da Escola, da responsabilidade dos diversos atores do projeto;
- Inquéritos muito simples dirigidos aos diversos intervenientes;
- Relatórios de avaliação intermédia (que incluem a avaliação dos planos anuais de atividade) da responsabilidade da Direção Pedagógica;
- Relatório final da responsabilidade da Direção Pedagógica.

Bibliografia:

ADA, DIREÇÃO da; “Estatutos da ADA”; Publicação a 07 de Setembro de 1999; Revisão dos Estatutos em 2011.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano Estratégico da Associação Diogo de Azambuja”; Publicação da ADA; Junho de 2002.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano Estratégico e Identidade” Publicação da Direção Geral da ADA; Setembro de 2004.

ADA, DIREÇÃO da; “Plano de Atividades da ADA 2009-2010”; Dezembro de 2009.

ADA, DIREÇÃO da; “Relatório de Atividades Global de 2010”; Março de 2011.

CARNEIRO, Roberto; “Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 ensaios para o século 21”; Correção por Joaquim Azevedo; Edição Fundação Manuel Leão; Vila Nova de Gaia; Maio de 2003.

CABRAL, Francisco Sarsfield; “Reformar Portugal – 17 Estratégias de Mudança”; Artes Gráficas, Lda.; 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; “Uma Educação Inclusiva – a partir da escola que temos”; Editorial do Ministério da Educação; Dezembro de 1999.

CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA; “Atlas da Educação 1991-2011” – Conferência EPIS, Fundação Gulbenkian, Março de 2013

VALENTE, Jorge “Caracterização da ADA”; Publicação dos Serviços Informáticos; Maio de 2014.

Webgrafia:

www.angep.gov.pt

<http://www.dgeste.mec.pt>



ASSOCIAÇÃO DIOGO DE AZAMBUJA

Projeto Educativo da EPAAD

<http://www.erasmusmais.pt>

www.catalogo.angep.gov.pt

www.poph.qren.pt

www.min-edu.pt

www.ada-net.org

EM REVISÃO